

NOTA DO FONASEFE SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia provocada pela COVID-19 no mundo todo, evidenciou a crise estrutural do capital e o papel que os Estados nacionais vêm cumprindo para salvar a economia. Evidenciou que a prioridade do poder público, a partir da agenda neoliberal e ultra-liberal, tem sido a prioridade dos lucros, do mercado, dos bancos e não as políticas públicas e sociais.

Justamente nesse momento de pandemia, em que o Estado é chamado a dar respostas rápidas e eficientes, que se desnuda a ausência de investimentos nas políticas públicas como saúde, pesquisas, assistência social, saneamento, habitação, transporte público, segurança, etc. No momento que mais se precisa da intervenção do Estado, assistimos a países inteiros, como é o caso dos Estados Unidos, sem sistema público de saúde e com sua assistência social privatizada, tornando-se o país com mais mortes em todo o mundo.

No Brasil, a face liberal e ultraliberal, se revela no subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e no desmonte do tripé da Seguridade Social conquistado na Constituição de 1988 (CF/88). A previdência não é mais para todos(as), o SUS está sendo desmontado e a assistência se resume a programas insuficientes até mesmo para aliviar a pobreza.

Nesse momento de pandemia, aliado ao subfinanciamento e desmonte das políticas públicas, tanto materialmente como ideologicamente, com campanhas difamatórias que afirmam que o funcionalismo público onera o Estado e é ineficiente, encontramos um país despreparado para combater a pandemia.

Mais do que o despreparo das políticas públicas, que se revela na ausência de equipamentos de proteção para os profissionais da linha de frente, na falta de estrutura da rede pública de saúde, na ausência de programas de assistência social, vivenciamos, mais uma vez, a prioridade do Estado em “salvar” os empresários e banqueiros. Os lucros se colocam à frente da vida, e o chefe maior da nação, conclama a população a voltar a trabalhar. Aliado a essa posição, parte do Congresso Nacional vislumbra como alternativa para combater a pandemia reduzir o salário do funcionalismo público, em uma explícita amostra de desvalorização daqueles e daquelas que hoje estão na linha de frente do combate à crise de saúde.

Em meio ao isolamento social, gerado pela pandemia, uma parte do Congresso e do Executivo buscam formas de retirar ainda mais direitos dos trabalhadores (as). Ao alterar o rito de votação do Congresso Nacional, o parlamento garante seu salvo conduto, para votar, em nome do combate à pandemia, uma série de ações, entre as quais, aquelas que podem vir a retirar direitos dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada, do qual é exemplo a MP 927/2020. A votação da PEC 10/2020 foi um ensaio, que trouxe como “jabuti”, o salvaguarda dos bancos, ao garantir que o poder público

possa comprar qualquer tipo de título, permitindo que especuladores, que sempre lucraram com a desigualdade, agora não venham a sofrer prejuízos com a crise

Nós servidores e servidoras públicos, exigimos que as respostas para o combate a pandemia sejam outras. Que os serviços e servidores públicos sejam valorizados e que isso seja realizado através de investimento público. Que as pesquisas e a saúde pública sejam estruturadas, de forma emergencial, para combater a pandemia.

Exigimos que a EC/95 seja revogada, que as grandes fortunas sejam taxadas, que o pagamento dos juros da dívida pública seja imediatamente suspenso e retomado apenas após a sua auditoria com participação social, que a Reforma Trabalhista seja revogada, bem como a Reforma da Previdência, que se aprove uma reforma tributária que taxe os ricos e não castigue o trabalhador, e que seja garantido à imediata suspensão de todas as atividades que não são essenciais com a manutenção integral dos salários em todos os setores.

É hora de ampliarmos a solidariedade e garantir a vida, em especial dos segmentos mais pauperizados da população como os moradores de periferias, negros e negras, mulheres, idosos(as), povos indígenas e ribeirinhos(as), subempregados(as) e desempregados (as), moradores em situação de rua, entre outros. Todas as vidas importam!

Para combater a pandemia, precisamos de um programa emergencial mínimo, que garanta:

- Direitos dos(as) trabalhadores(as): proibição de demissões; manutenção de todos os benefícios; fechamento das fábricas e comércios não essenciais; suspensão da conta de luz, IPTU e água; congelamento do refinanciamento da dívida das famílias via Caixa Econômica Federal; congelamento de preços dos alimentos e remédios de primeira necessidade.
- Investimentos em saúde: recursos para o SUS; distribuição gratuita de álcool em gel e produtos de limpeza; higienização de espaços públicos; produção de equipamentos de proteção para os profissionais da saúde; contratação de profissionais de saúde; produção em massa de equipamentos hospitalares voltados para a pandemia; testagem em massa para coronavírus; utilização da estrutura da rede privada de saúde para acolher gratuitamente as pessoas que necessitam de atendimento.
- Programas de renda mínima: ampliação do Bolsa Família; salário mínimo para trabalhadores(as) informais; licença remunerada; prorrogação do seguro desemprego enquanto durar o isolamento social; imediato pagamento de aposentadoria para os que já haviam ingressado no INSS.
- Aumento imediato da arrecadação: taxaço das grandes fortunas; suspensão do pagamento dos juros da dívida pública; taxaço de banqueiros e grandes empresários.
- Proibição de redução salarial de servidores(as) públicos (as) e de trabalhadores(as) da iniciativa privada.

- Fornecimento, por parte do empregador, das condições necessárias para a realização do trabalho remoto.
- Por meio dos bancos públicos, garantir apoio financeiro a todas as pequenas e microempresas ameaçadas pela crise.
- Determinação para utilização de prédios públicos e privados, sem utilização, para atendimento à população em situação de rua.
- Retomada dos investimentos públicos para gerar emprego e renda, a começar pela saúde pública (construção de hospitais, ampliação dos leitos, contratação de servidores etc.) e saneamento básico.
- Retirada das propostas de desvinculação orçamentária, PEC Emergencial 186, Reforma Administrativa, privatizações e demais medidas que retiram direitos trabalhistas e sociais. Pela Manutenção da decisão do Congresso sobre o Benefício de Prestação Continuada.
- Pela imediata revogação da EC/95 (teto dos gastos), taxação das exportações dos estados com o devido repasse e o fim da “regra de ouro”.

A vida acima dos lucros! Em defesa dos Serviços e Servidores Públicos para combater a pandemia do coronavírus.